

Dom José Freire Falcão

Na defesa de uma escola estatal praticamente exclusiva, porque se nega à escola particular o direito de repasse de verbas públicas sem as quais não pode sobreviver, está implícito uma concepção totalitária do Estado, segundo a qual é este fonte primária do direito de educar.

O Estado tem certamente um papel relevante e indispensável na educação. Mas um papel subsidiário, subordinando aos direitos e interesses da família e da comunidade. Notava, a propósito, Pio XII, por ocasião do I Congresso Internacional de Escolas Particulares da Europa: "Uma análise séria dos fundamentos históricos e filosóficos da educação demonstra claramente que a missão da escola não provém somente do Estado, mas da família primeiramente, depois, da comunidade social à qual pertence."

A família, particularmente, cabe educar seus filhos de acordo com suas convicções morais e religiosas. Conseqüentemente, é um direito da família católica possuir suas próprias escolas. Um direito que seria ilusório se o Estado, direta ou indiretamente, impuser à escola particular encargos insuportáveis, como seria a limitação indevida das anuidades escolares. Torná-se ela ainda inviável se o Estado lhe recusa os recursos públicos. Indispensáveis também para que a escola de orientação religiosa não seja elitista. Recursos que são finalmente da comunidade e das famílias. De fato, são realidades inseparáveis a família católica e a escola católica. Se aquela abre mão do direito de possuir suas próprias escolas, está abdicando ao direito fundamental à liberdade religiosa, em sua ampla extensão, o qual compreende também o direito de educar os filhos conforme à tradição e à fé católica da família.

Refiro-me, evidentemente, à escola verdadeiramente católica, como a define o Segundo Concílio do Vaticano. Uma escola na qual o educando seja formado numa "atmosfera animada pelo espírito evangélico de liberdade e caridade" e os adolescentes desenvolvam sua personalidade pelo crescimento da "criatura nova", que deles fez o batismo. Uma escola que procure "ordenar toda a cultura humana para o anúncio da salvação de tal maneira que o conhecimento gradual, que os alunos adquirem do mundo, da vida e do homem, seja iluminado pela fé". Uma escola, como afirma João Paulo II em "Catechesi Tradendae", em que a qualidade do ensino religioso seja integrada na educação dos alunos.

Aqueles que advogam a aplicação dos recursos públicos somente em escolas estatais propõem também uma escola neutra e laica. Subjacente a este princípio de neutrali-

dade e de laicidade, o qual se julga inerente à escola pública, está a visão da educação como "crescimento sistemático da instrução", isto é, como referência única "ao que possui o homem". A respeito, dizia João Paulo II na Unesco: "Isto traz consigo... verdadeira alienação da educação: em lugar de trabalhar em favor do que o homem deve ser, ela trabalha unicamente em favor daquilo de que o homem pode tirar partido no campo do ter, da posse. A etapa ulterior desta alienação está em habituar o homem, privando-o da sua própria subjetividade, a ser objeto de manipulações multiplas." A começar pela manipulação ideológica do Estado.

Pois a educação à qual está ausente uma concepção religiosa da vida está inteiramente à mercê dos interesses do Estado, nem sempre coincidentes com o respeito à dignidade da pessoa e com os direitos da família e da comunidade. De fato, em nosso tempo, tem sido essa pretensa educação neutra e laica instrumento de dominação de Estados totalitários. Ao passo que a escola católica, ou confessional, é sempre um espaço de liberdade, quando esta é cerceada indevidamente pelo Estado.

Por outro lado, a neutralidade da escola estatal é praticamente impossível, não só porque ela necessariamente reflete os interesses do Estado como porque não há educadores neutros. Numa sala de aula o mestre é uma pessoa, com sua fé religiosa ou sua ideologia, com sua visão do homem, da sociedade e da história. Ao transmitir qualquer ensinamento, não poderá deixar de espelhar essa visão com todas as consequências para o comportamento individual, social e político. Pois o mestre sempre educa ou deseduca. E quando contribui para o crescimento pessoal de seus alunos, ele o faz segundo sua fé religiosa ou sua filosofia de vida. Na realidade, as escolas ditas neutras estão sempre a desrespeitar a consciência de seus educandos pelas opções ideológicas da própria escola ou de seus mestres.

Daí que é um dever da família católica batalhar por uma escola na qual seja explícita a referência ao espiritual. E, portanto, opor-se a um sistema educativo que tenha por norma estabelecer a neutralidade absoluta da escola em matéria religiosa, "sem referência a um princípio transcendente, e portanto incapaz de criar valores morais absolutos" (João Paulo II). Mesmo porque tal sistema educativo "permanece fraco na prática, e precário na duração" (Idem), por faltar-lhe uma dimensão essencial ao homem: a religiosa.